



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
2014**



Índice

Índice	2
1 – Introdução	3
2 – O grupo público municipal	4
3 – Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados	5
4 – Situação Financeira	7



1 – Introdução

Tendo em conta o disposto no art. 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), e as instruções emanadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) a 28-04-2011, foram elaboradas as contas consolidadas relativas ao exercício de 2014 do Município de Celorico da Beira. De acordo com as instruções do SATAPOCAL as contas consolidadas devem ser aprovadas pelo órgão executivo e apreciadas pelo órgão deliberativo na sessão ordinária do mês de Junho do ano seguinte a que respeitam, caso não tenha sido possível aprová-las na sessão ordinária de Abril. Deve-se salientar também que de acordo com as mesmas instruções do SATAPOCAL, estas contas consolidadas deverão respeitar o manual de consolidação em vigor aprovado pelo Executivo Municipal.



2 – O grupo público municipal

O grupo municipal integra apenas mais uma entidade de natureza empresarial em que o capital é detido a 100% pelo Município, denominada por “Empresa Municipal Celoricense - Gestão de Espaços Culturais e Sociais, E.M.” (EMCEL). A EMCEL desempenha a sua atividade em vários sectores de onde se destacam as áreas de turismo, restauração, educação, cultura e lazer. Em termos de relações entre as duas entidades compõem o perímetro de consolidação, para além da participação social, o Município transfere anualmente para a EMCEL um subsídio à exploração, valor este que é aprovado anualmente em orçamento e está regulamentado por um contrato programa e que visa financiar parte da atividade da empresa municipal. A EMCEL fatura ao Município diversos bens e serviços prestados na área da restauração, turismo, jardinagem e na área da educação.



3 – Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados

As demonstrações financeiras apresentam os valores do grupo municipal, utilizou-se o método da consolidação integral onde estão excluídos os valores das operações realizadas entre o Município e a EMCEL, bem como os valores da participação financeira.

No que diz respeito às dívidas a terceiros do grupo municipal, em 2014 houve uma grande redução em 1.103.873,26€ face a 2013 de acordo com os dados do balanço. A redução da dívida foi feita na sua maior parte no Município, resultado da aplicação da Lei dos Compromissos bem como da política de redução de dívida que já vigora a alguns anos e que obrigou o Município a reduzir drasticamente as dívidas a terceiros tendo havido igualmente contenção na assunção de novas despesas.

No que diz respeito aos resultados do ano, verifica-se uma redução de custos no valor em 177.830,45€ e um aumento dos proveitos de 838.841,55€, que resultaram num aumento do resultado líquido do exercício consolidado de 1.016.672,00€.

À semelhança dos anos anteriores, a EMCEL continua a ter grande dependência do Município. Para além do subsídio à exploração transferido anualmente, uma grande parte dos resultados da EMCEL são provenientes de bens e serviços faturados ao Município. As operações recíprocas eliminadas nos proveitos da demonstração de resultados da EMCEL totalizam em 2014 507.680,71€, representando uma redução face aos 705.249,54€ registados em



2013. Esta redução vem no seguimento do que tem acontecido em anos anteriores e deve-se em parte à diminuição do subsídio atribuído à EMCEL, bem como pela redução da faturação emitida ao Município. Ainda assim, as relações com o Município correspondem a cerca de 76% dos proveitos totais da empresa municipal. Deve-se salientar ainda o resultado líquido positivo do grupo municipal que em 2014 foi de 1.552.466,49€, bem como o grande aumento dos resultados operacionais face ao ano anterior, apesar dos resultados negativos apresentado pela EMCEL. Esse resultado reflete essencialmente os resultados individuais do Município, cujos valores foram analisados nas contas individuais.



4 – Situação Financeira

A situação financeira do grupo, à semelhança de anos anteriores, reflete as dificuldades enfrentadas pelo Município e pela EMCEL, tanto a nível de endividamento como em termos de conjuntura económica, dificuldades essas já manifestadas no relatório das contas individuais. Os resultados líquidos e operacionais positivos obtidos em 2014 são reflexo apenas da atividade desse mesmo ano e não refletem o endividamento que está demonstrado no balanço. Assim, tendo em conta a situação financeira, o Município decretou em 2012 a situação de desequilíbrio financeiro estrutural nos termos da Lei das Finanças Locais, de modo a obter financiamento para reestruturar todo o seu passivo, bem como estruturar a dívida da EMCEL, tendo sido reservada uma verba de 1.300.000€ no plano de reequilíbrio financeiro com esse objetivo. No entanto o Tribunal de Contas levantou algumas dúvidas sobre a possibilidade de inclusão da empresa Municipal no reequilíbrio financeiro dado a mesma não ter sido internalizada. Assim, e tendo em conta o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto o Município aderiu ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e procedeu à conversão do plano de reequilíbrio aos critérios do FAM, que já prevê a internalização de empresas municipais. Com essa possibilidade em mente, e tendo em consideração que a atividade da EMCEL está muito dependente do Município, e tendo em conta os resultados negativos da EMCEL em 2014, o Executivo deliberou a intenção de internalizar a EMCEL em 2015, nos termos do art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, situação essa que já está prevista no estudo que acompanha a candidatura ao FAM. Assim, em 2015 deverá ser efetuado um estudo sobre a internalização da EMCEL no Município, onde o



património, os passivos e o pessoal deverão ser integrados no Município mediante aprovação das entidades fiscalizadoras destes procedimentos. Tendo em conta os factos mencionados anteriormente, o futuro do grupo municipal passa pela internalização da empresa local no Município, passando a existir uma única entidade a gerir o património do atual grupo. Após o termo do exercício de 2014, até à presente data ainda não se verificaram factos relevantes para o grupo municipal, mas que tendo em consideração a internalização da EMCEL, estas contas consolidadas deverão ser as últimas a serem apresentadas nestes moldes.

O Município deverá igualmente efetuar em 2015 a cobertura dos prejuízos da EMCEL nos termos do art. 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, de modo a equilibrar os resultados da empresa.

O Presidente da Câmara

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)